



>> capítulo 1

O trabalho e a segurança do trabalho

Neste capítulo apresentamos um resumo da história do trabalho e da segurança do trabalho. A evolução do homem e do trabalho é constante, e o desempenho das funções e atividades econômicas é um fator de subsistência. Sempre que surgem novas formas de trabalho geradas pelo desenvolvimento do homem, há uma evolução na segurança do trabalho. As novas formas de trabalho consideram a qualidade de vida do trabalhador como um fator importantíssimo, e a segurança do trabalho contribui para esse fim.

Objetivos de aprendizagem

- >> Interpretar e refletir sobre a evolução histórica do trabalho.
- >> Identificar os fatores sociais e tecnológicos que contribuíram para a evolução do trabalho.
- >> Relacionar o desenvolvimento histórico do trabalho no mundo e da segurança do trabalho no Brasil.



>> Para começar

O trabalho é tão antigo quanto o homem. As histórias do homem e do trabalho em alguns momentos se confundem, pois nos primórdios o homem trabalhava para garantir sua sobrevivência e de sua prole.



>> IMPORTANTE

As leis e os regulamentos são benéficos tanto para os empregados quanto para os empregadores, uma vez que os empregados são considerados parte do patrimônio das organizações. Assim, se eles não desempenharem suas atividades com segurança, a empresa não obterá deles os resultados desejados.

No início, o homem apenas colhia o que a terra lhe dava. O desenvolvimento da humanidade e o surgimento de novas necessidades levaram o homem a realizar novos tipos de trabalhos compostos por atividades que certas vezes ofereciam riscos à sua segurança, o que causou muitos acidentes e a perda de inúmeras vidas. Em decorrência disso, os métodos de trabalho foram aperfeiçoados para prevenir a ocorrência de acidentes, mas estes continuaram acontecendo por vários anos e ainda ocorrem atualmente.

A legislação, os métodos, as ferramentas e os instrumentos utilizados para prevenir a ocorrência de acidentes no trabalho evoluíram pouco no período da Revolução Industrial (século XVIII) e nos anos seguintes até o período da Segunda Guerra Mundial. Nos últimos 70 anos, porém, a segurança no trabalho passou a ser um tema importantíssimo em todas as atividades econômicas, pois ela zela primordialmente pelo trabalhador, por meio de **leis** e **regulamentos** que visam a prevenir os riscos envolvidos nas atividades econômicas desenvolvidas nas empresas por seus empregados.

Ainda existe muito a ser feito pela segurança no trabalho. Muitos procedimentos estão sendo desenvolvidos e aperfeiçoados à medida que os profissionais que atuam na área percebem e avaliam os riscos existentes. Estudos estão em fase de normalização, e a evolução do tema é uma realidade.

>> Da pré-história à industrialização

Há aproximadamente 25.000 anos, o homem era **nômade**, ou seja, apenas colhia o que a terra lhe oferecia e migrava para outras regiões quando os recursos se esgotavam. A evolução fez o homem perceber que, ao manipular alguns materiais, como pedras, pedaços de madeira e cipós, ele seria capaz de caçar. O trabalho do homem passou a ser a **caça**, e desse trabalho dependia a sua sobrevivência. Se ele não caçasse diariamente e com dedicação, não sobreviveria.



>> CURIOSIDADE

A palavra trabalho deriva do termo latino *tripalium*, usado para descrever um instrumento de tortura. O termo latino *tripaliare* influenciou vários idiomas, entre eles o português (traballar), o francês (*travailler*), o espanhol (*trabajar*) e o italiano (*traballare*).

O homem caçador era escravo de seu trabalho, e a **agricultura** possibilitou que ele se estabelecesse em uma região e deixasse de ser nômade. Isso aconteceu há aproximadamente 12 mil anos, quando o homem percebeu que, ao colocar alguns grãos na terra, eles germinavam e davam origem a plantas semelhantes às que forneceram os grãos (o alimento se multiplicava). Além disso, o homem constatou que havia períodos nos quais era mais difícil caçar, e a plantação permitiria que ele tivesse alimentos nas épocas de pouca caça.

Há cerca de 3.000 anos, o homem começou a não se contentar apenas em alimentar-se e passou a desejar mais. A partir disso, o trabalho deixou de ter apenas o propósito de sobrevivência, e o homem percebeu que poderia trocar o seu trabalho ou o fruto dele por coisas que ele não tinha. A troca direta desses bens entre interessados fez surgir o **comércio**, realizado em cidades que eram pontos de passagem de pessoas em trânsito.

Nessa época, os artesãos introduziram na sociedade a troca do trabalho pela utilidade de seus produtos. Em geral eles trabalhavam em oficinas montadas em suas próprias casas e usavam ferramentas e energia humana, animal e hidráulica para criar produtos não padronizados que interessavam a alguém e geravam trocas comerciais.



>> CURIOSIDADE

Foi no período neolítico (6.000 a.C.) que o homem aprendeu a polir a pedra e a fabricar a cerâmica como utensílio para armazenar e cozinhar alimentos. Nesse período ele também descobriu a técnica de tecelagem de fibras animais e vegetais.

O desenvolvimento das atividades dos artesãos levou à criação de oficinas de artesanato por volta do século XI, nas quais um mestre artesão ensinava o ofício a um grupo de aprendizes em troca de mão de obra barata. Essas oficinas deram origem às **corporações de ofício**, organizações criadas pelos mestres artesãos de cada cidade ou região para defender seus interesses.

As corporações de ofício garantiam ganhos aos seus integrantes e tinham o poder de tabelar os preços da matéria-prima que utilizavam e da mão de obra. Os produtos passaram a ter um padrão de qualidade imposto pelos seus participantes e recebiam marcas que identificavam que o produto havia sido feito pela corporação. Talvez tenham sido responsáveis pelo surgimento dos primeiros conceitos de qualidade e de marca.

Pelo fato de serem detentoras desses poderes, as corporações ampliaram sua influência por meio do controle da oferta e dos preços de seus produtos.

Pessoas que não pertenciam à corporação não podiam fabricar o mesmo tipo de produto e, se o fizessem, sofriam repressões. A política adotada com relação à concorrência levava a uma reserva de mercado para os produtos das corporações.

As corporações de ofício impuseram uma nova forma de trabalho e acumulação de riquezas, bem diferente das formas adotadas pela classe nobre da época, que se preocupava em acumular terras, servos e vassalos. As corporações de ofício foram as grandes responsáveis pelo surgimento dos burgos, criando uma nova classe social composta pelos moradores desses burgos, os burgueses, que enriqueceram pelo trabalho, pela poupança, pelo investimento e pelo lucro.



>> ASSISTA AO FILME

Acesse o ambiente virtual de aprendizagem Tekne (www.grupoa.com.br/tekne) para assistir a um resumo da evolução histórica do trabalho.

»» O trabalho na era industrial

A industrialização surgiu no século XVIII com a Revolução Industrial. Nessa época, as pessoas começaram a trabalhar para os detentores do capital produtivo como empregados ou operários e, assim, perderam a posse da matéria-prima, do produto final e do lucro. Esses trabalhadores controlavam as máquinas que pertenciam aos donos dos meios de produção, os quais recebiam todos os lucros.



»» NA HISTÓRIA

O século XVIII ficou conhecido como o século das luzes, um momento de progresso humano em quase todos os campos científicos – como a física, a filosofia e a biologia – e também nas artes, principalmente na música.

O trabalho realizado com as máquinas ficou conhecido por **maquinofatura**. As máquinas eram movidas a vapor, e as primeiras foram construídas na Inglaterra, inicialmente para retirar a água das minas de ferro e carvão. Posteriormente, as máquinas foram aperfeiçoadas para as mais diversas aplicações nas indústrias (Figura 1.1).

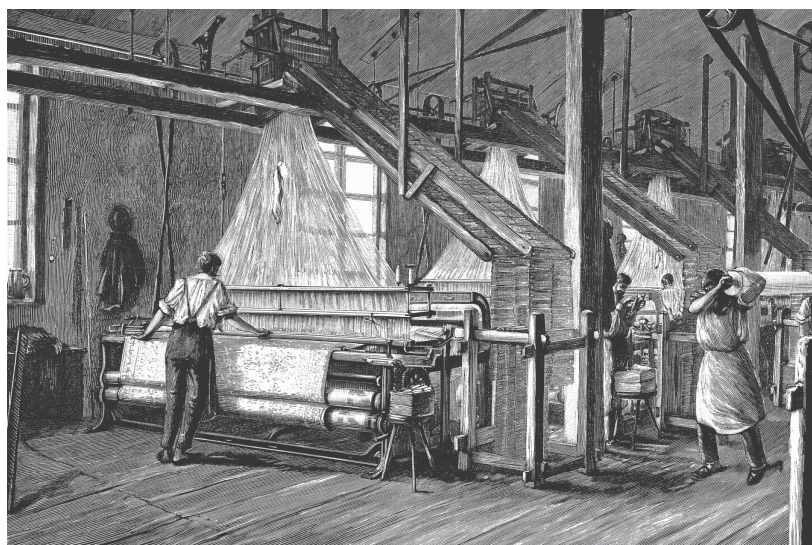


Figura 1.1 Indústria têxtil na época da Revolução Industrial.

Fonte: Photos.com/Photos.com/Thinkstock.



»» ASSISTA AO FILME

Acesse o ambiente virtual de aprendizagem Tekne para assistir a um vídeo sobre a Revolução Industrial na Inglaterra.

>> Primeira Guerra Mundial

A guerra introduziu as mulheres no cenário do trabalho extradomiciliar. Enquanto os homens lutavam nas trincheiras, as mulheres trabalhavam nas indústrias bélicas como empregadas e nos hospitais como enfermeiras (Figura 1.2).



Figura 1.2 O papel da mulher na Primeira Guerra Mundial: (A) mulheres trabalhando em uma fábrica de munições; (B) enfermeiras.

Fonte: Trugillo Rodriguez (2013) e Images/Stockbyte/Thinkstock.

Quando a guerra acabou, muitos homens retornaram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos.

No século XX, inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização do trabalho feminino. O desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria levaram à transferência de boa parte da mão de obra feminina para as fábricas. Embora tenham sido criadas leis para beneficiar as mulheres, algumas formas de exploração perduraram durante muito tempo. Jornadas entre 14 e 18 horas e diferenças salariais acentuadas eram comuns, e a justificativa para isso estava centrada no fato de o homem trabalhar e sustentar a mulher. Desse modo, não havia necessidade de a mulher ganhar um salário equivalente ou superior ao do homem.



>> ASSISTA AO FILME

Acesse o ambiente virtual de aprendizagem Tekne para assistir ao vídeo "Primeira Guerra Mundial: o fim de uma era".



>> CURIOSIDADE

Ficou estabelecido por legislação baseada na Constituição de 1934, Artigo 121, que “[...] sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez.” (BRASIL, 1934).

>> Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945 e teve suas origens na crise econômica ocorrida a partir de 1929. Essa crise levou os países capitalistas a tomarem medidas protecionistas visando a salvaguardar os mercados internos das importações estrangeiras, o que resultou em uma verdadeira guerra tarifária.

A produção industrial mundial teve uma queda de 40%. A queda na extração e produção de ferro chegou a 60%. A queda na produção de aço chegou a 58%; a de petróleo, a 13%; e a de carvão, a 29%. Isso gerou uma enorme taxa de desemprego que atingiu 11 milhões de pessoas nos Estados Unidos, 6 milhões na Alemanha, 2 milhões e meio na Inglaterra e perto de 3 milhões na França.

A Segunda Guerra Mundial envolveu 72 nações e foi travada direta ou indiretamente em todos os continentes. O número de mortos superou 50 milhões, restando ainda aproximadamente 28 milhões de mutilados.

Além da crise econômica, o surgimento de governos totalitários na Ásia (Japão) e na Europa na década de 1930 que pretendiam expandir seus territórios por meio de conquistas militares, como o nazismo na Alemanha liderado por Hitler e o fascismo na Itália liderado por Benito Mussolini, contribuiu para que a guerra ocorresse. Esses países fizeram um acordo e formaram uma aliança que ficou conhecida como Eixo.

Em 1939, o exército alemão invadiu a Polônia, e recebeu imediatamente declaração de guerra da França e da Inglaterra. A partir daí, foram formados dois grupos: de um lado, o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e, do outro, os Aliados (liderados por Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos).

Os fatos e períodos considerados mais importantes desta guerra foram os seguintes:

- No período de 1939 a 1941, houve muitas vitórias do Eixo, a Alemanha conquistou o Norte da França, Iugoslávia, Polônia, Ucrânia, Noruega e territórios no norte da África. O Japão anexou a Manchúria, enquanto a Itália conquistava a Albânia e territórios da Líbia.
- Em 1941, o Japão atacou a base militar norte-americana de Pearl Harbor no Oceano Pacífico (Havaí). Após este fato, considerado uma traição pelos norte-americanos, os Estados Unidos entraram no conflito ao lado das forças aliadas.
- De 1941 a 1945, os Aliados iniciaram a ofensiva e impuseram sucessivas derrotas ao Eixo com a entrada dos Estados Unidos no conflito. O Brasil, aliado natural e histórico dos americanos, participa diretamente da guerra com o envio de 25 mil soldados para a Itália (região de Monte Cassino).



>> ASSISTA AO FILME

No ambiente virtual de aprendizagem Tekne você encontra um documentário sobre a Segunda Guerra Mundial.



>> ASSISTA AO FILME

Assista a um documentário produzido pelo National Geographic Channel sobre a Segunda Guerra Mundial acessando o ambiente virtual de aprendizagem Tekne.

O conflito terminou em 1945 com a rendição de Alemanha e Itália. O Japão somente assinou o tratado de rendição após os Estados Unidos despejarem bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki. O número de vítimas foi enorme, e os prejuízos materiais, incalculáveis.

No final do conflito, foi criada a ONU (Organização das Nações Unidas) com a finalidade de manter a paz entre as nações do mundo por meio de mediações entre os diferentes pensamentos e regimes políticos existentes (capitalismo e comunismo) sem a ocorrência de conflitos armados.

>> Transição da era industrial para a era da informação

As mudanças ocorridas no trabalho humano nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial produziram inúmeras transformações na sociedade global provocadas pela evolução tecnológica. O advento da informática fez surgir a era da informação, que propiciou um excepcional avanço das comunicações e da automação (Figura 1.3). Esses avanços resultaram na globalização da economia, o que tornou os negócios mundiais muito mais competitivos. Com isso, o trabalho passou por profundas transformações.

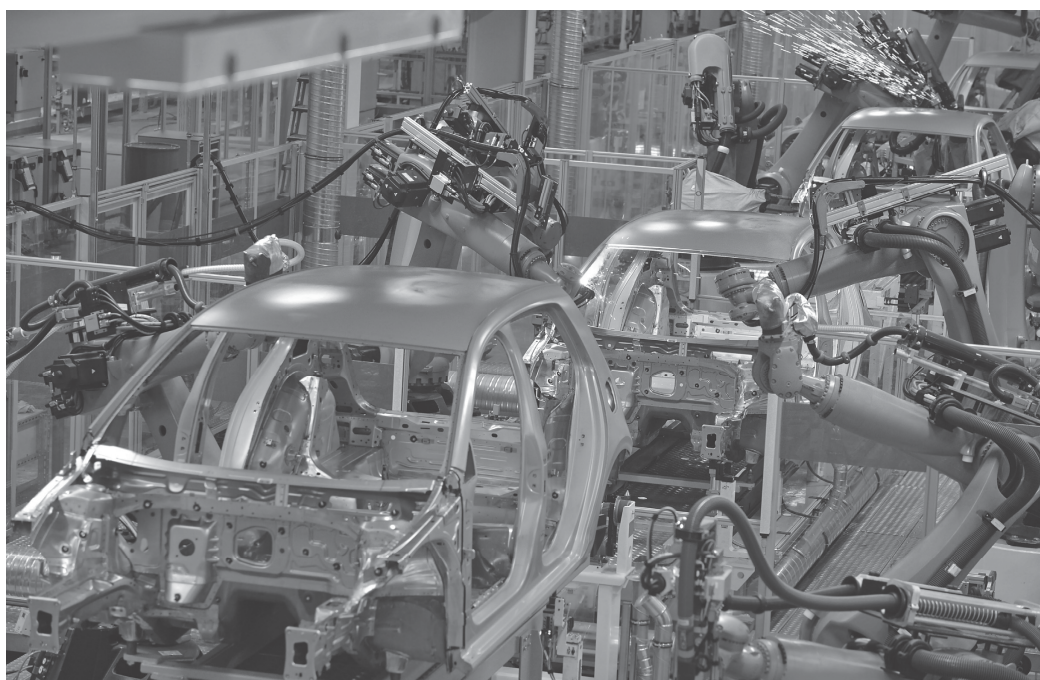


Figura 1.3 Robôs industriais em uma montadora de carros.

Fonte: Olga Serdyuk/iStock/Thinkstock.



>> ASSISTA AO FILME

No ambiente virtual de aprendizagem Tekne você encontra dois vídeos sobre o tema informática e educação.

A era da informação substituiu a era industrial e deu início ao terceiro ciclo de evolução da sociedade no tocante à forma de pensar e de agir. Ela trouxe junto uma mudança de postura e comportamento das pessoas com relação ao conhecimento devido ao aumento da capacidade de armazenar e gerar novos dados possíveis de serem transformados em informações que possuem valor para o homem.

O conhecimento adquiriu dimensão global, possibilitou o compartilhamento de pontos de vista e interligou pessoas por meio da rede internacional de computadores (Internet). Isso propiciou e vem propiciando a difusão de culturas e saberes antes limitados pelas fronteiras territoriais. Por outro lado, os meios de comunicação de massa adquiriram muito poder, pois eles dirigem os rumos das nações de acordo com o interesse político e econômico envolvido. Eles manejam e controlam o conhecimento e isso não é bom, mas a humanidade vai usufruir muito dos avanços tecnológicos dessa era.

Os negócios avançaram muito com o advento da tecnologia da informação e comunicação interligando o mercado mundial pela Internet, e as empresas transformaram o negócio virtual em algo realmente rentável. O número de clientes agora é igual ao número de habitantes do planeta, e não mais os que habitam na região onde a empresa está instalada.

A portabilidade dos equipamentos de comunicação e acesso permite que qualquer um, a qualquer momento, onde quer que esteja, receba e transmita informações e realize transações financeiras com qualquer empresa em qualquer lugar do mundo. Enfim, a era da informação e do conhecimento também é a era dos negócios mundiais.

»» A industrialização no Brasil

A industrialização no Brasil é relativamente nova se comparada à de outros países, mas teve seus primeiros passos já no período colonial. As indústrias no Brasil se desenvolveram a partir de mudanças estruturais de três tipos:

- econômicas (crise do café e Grande Depressão de 1929);
- sociais (abolição do trabalho escravo, entrada de imigrantes de diversas nacionalidades, descentralização populacional);
- políticas (proclamação da República, ditadura Vargas).

As mudanças nas relações de trabalho e a expansão do emprego remunerado ocasionaram a ampliação do mercado consumidor, o que motivou os empresários a aumentarem suas produções. Todos esses acontecimentos históricos afetaram o processo industrial brasileiro, que passou por quatro períodos distintos, detalhados a seguir.

No **primeiro período** (1500 a 1808), conhecido como período da proibição, Portugal não permitia nenhum tipo de produção na colônia. Tudo o que era utilizado vinha de Portugal. O **segundo período** (1808 a 1930), chamado período da implantação, é dividido em duas fases. A primeira delas se estendeu de 1808 a 1850 e incluiu os fatos a seguir.

Em 1808, D. João VI chegou ao Brasil com a família real portuguesa e revogou o alvará, abrindo os portos ao comércio exterior e fixando uma taxa de 24% para produtos importados, exceto para os portugueses, que foram taxados em 16%.

Em 1810, por meio de um contrato comercial com a Inglaterra, foi fixada em 15% a taxa para as mercadorias inglesas por um período de 15 anos. Nesse período, o desenvolvimento industrial brasileiro foi mínimo em razão da forte concorrência dos produtos ingleses que, além de apresentarem melhor qualidade, eram mais baratos.

Em 1828, foi renovado o protecionismo econômico, taxando em 16% todos os produtos estrangeiros de todos os países. Contudo, essa taxa foi insuficiente para impedir as importações e promover o desenvolvimento industrial no país.

Em 1844, o então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, decretou uma lei que ampliava as taxas de importação para 20% sobre produtos sem similar nacional e para 60% sobre aqueles com similar nacional. Essa lei, conhecida como "Lei Alves Branco", protegeu algumas atividades industriais do país.

Em 1846, a indústria têxtil obteve incentivos fiscais e, no ano seguinte, as matérias-primas necessárias à indústria do país receberam isenção das taxas alfandegárias.

A segunda fase do período de implantação estendeu-se de 1850 a 1930 e inclui os fatos a seguir.

Em 1850, foi assinada a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico intercontinental de escravos.

>> IMPORTANTE

A Lei Eusébio de Queirós trouxe consequências para o desenvolvimento industrial, pois o capital utilizado na compra de escravos começou a ser aplicado no setor industrial. Além disso, a cafeicultura passou a pagar salários, o que estimulou a vinda de muitos imigrantes para o país. Os imigrantes trouxeram novas técnicas de produção de manufaturados e foram a primeira força de trabalho especializada do Brasil, constituindo um mercado consumidor que alavancou o desenvolvimento industrial.

Na década de 1880, ocorreu o primeiro surto industrial. O número de estabelecimentos industriais passou de 200, em 1881, para 600 em 1889, o que deu início ao processo de substituição de importações.

Ocorrida entre 1914 e 1918, a Primeira Guerra Mundial favoreceu o crescimento industrial brasileiro pela dificuldade de importação de bens industrializados. Houve grande estímulo e investimento na produção interna, e os cafeicultores investiram seus capitais acumulados na indústria.

O **terceiro período** durou de 1930 a 1956 e ficou conhecido como a fase da Revolução Industrial Brasileira. Getúlio Vargas, por meio da Revolução de 1930, fez uma grande mudança na política interna do país e afastou do poder oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrários e comerciais. Ele adotou uma política industrializante que procurou substituir a mão de obra imigrante pela nacional, que foi formada no Rio de Janeiro e em São Paulo em decorrência do êxodo rural (decadência cafeeira) e dos movimentos migratórios de nordestinos.



Getúlio Vargas investiu forte na criação da infraestrutura industrial (indústria de base e energia) e criou o Conselho Nacional do Petróleo (1938), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

No início da Segunda Guerra Mundial, o crescimento diminuiu porque o Brasil não conseguia importar os equipamentos e as máquinas de que precisava. Apesar disso, as exportações brasileiras cresciam, acarretando um acúmulo de divisas. A matéria-prima nacional substituiu a importada e, ao final da guerra, já existiam indústrias com capital e tecnologia nacionais, como a indústria de autopeças.

No segundo governo Vargas (1951-1954), os projetos de desenvolvimento baseados no capitalismo de Estado, por meio de investimentos públicos no extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC, em 1951), BNDES, dentre outros, forneceram importantes subsídios para Juscelino Kubitschek lançar seu Plano de Metas.

O **quarto período** teve início em 1956 e é considerado a fase da internacionalização da economia brasileira. A seguir são resumidos os principais fatos desta época, que se estende aos dias atuais.

Entre 1956 e 1961, Juscelino Kubitschek criou um plano de metas que dedicou mais de dois terços de seus recursos para estimular o setor de energia e transporte. Houve um aumento na produção de petróleo e da potência de energia elétrica instalada para assegurar a instalação de indústrias. Desenvolveu-se o setor rodoviário. Houve um grande crescimento da indústria de bens de produção, que se refletiu principalmente nos setores siderúrgico e metalúrgico (automóveis), químico, farmacêutico e na construção naval. O desenvolvimento industrial foi realizado em grande parte com capital estrangeiro, atraído por incentivos cambiais, tarifários e fiscais oferecidos pelo governo. Nesse período, teve início em maior escala a internacionalização da economia brasileira, por meio das multinacionais. A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, a posse do vice-presidente João Goulart e as discussões em torno de presidencialismo ou parlamentarismo ocasionaram um declínio no crescimento econômico e industrial do Brasil.

Em 1964, os governos militares retomaram e aceleraram o crescimento econômico e industrial brasileiro. O Estado assumiu a função de órgão supervisor das relações econômicas. O desenvolvimento industrial pós-1964 foi significativo e houve uma maior diversificação da produção industrial. O Estado assumiu certos empreendimentos, como a produção de energia elétrica e de aço, a indústria petroquímica e a abertura de rodovias, assegurando para a iniciativa privada as condições de crescimento de seus negócios. Houve grande expansão da indústria de bens de consumo não duráveis e duráveis, inclusive com a produção de artigos sofisticados.

Em 1979, pela primeira vez as exportações de produtos industrializados e semi-industrializados superaram as exportações de bens primários (produtos da agricultura, minérios, matérias-primas).

Em fevereiro de 1986, após um período de inflação ascendente, o governo liderado por José Sarney lançou o Plano Cruzado, uma tentativa de conter a alta de preços, que chegava a 50% ao mês. Sucesso de público nos primeiros meses, uma das principais medidas do plano, o congelamento de preços, gerou um desequilíbrio na produção e o desabastecimento em vários setores da economia. A proximidade das eleições de novembro levou o governo a adiar medidas corretivas e o plano sucumbiu em menos de um ano.

Sucessor de Sarney, Fernando Collor de Melo também não teve sucesso no combate à inflação. Obrigado a deixar o poder após um processo de *impeachment* no Congresso Nacional decorren-



» CURIOSIDADE

O slogan do Plano de metas de Juscelino Kubitschek era “50 anos em 5”, pois tinha por objetivo alcançar 50 anos de progresso em 5 anos de governo.

te de acusações de corrupção, Collor viu seu vice, Itamar Franco, domar o “dragão inflacionário”. Coube ao então ministro da Fazenda de Itamar, Fernando Henrique Cardoso, colher os louros do sucesso do Plano Real. Lançado em fevereiro de 1994, o plano conseguiu dar início a um período de estabilidade econômica, levando FHC a dois mandatos na presidência da República.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu em 2002, manteve as regras econômicas então vigentes, ampliando os programas sociais do governo anterior. Lula entregou a um banqueiro a condução do Banco Central, acalmando mercados receosos de uma gestão supostamente intervencionista e estatizante. Depois de dois mandatos, teve como sucessora a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, que imprimiu uma visão própria no comando da economia. O controle da inflação foi um pouco mais frouxo e ao final de seu primeiro mandato, em 2014, o país apresentava um índice de alta de preços de 6,5% ao ano, além de um baixo crescimento econômico. Reeleita, Dilma começaria 2015 com grandes desafios.



>> ASSISTA AO FILME

Acesse o ambiente virtual de aprendizagem Tekne para assistir a uma aula de geografia sobre a indústria no Brasil.

>> Histórico da segurança do trabalho no Brasil

Desde o momento em que o desenvolvimento industrial teve início no Brasil e o trabalho assalariado passou a ser a forma de emprego adotada, a segurança do trabalho se tornou objeto de atenção dos dirigentes do País, dos empresários e dos trabalhadores. A seguir são resumidos os principais fatos históricos relativos à segurança do trabalho que precederam a legislação atual (WALDHELM NETO, 2012).

1891: A preocupação prevencionista teve início com a lei que tratava da proteção ao trabalho dos menores, em 23 de janeiro de 1891.

1919: É criada a Lei nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, primeira lei brasileira sobre acidentes de trabalho (BRASIL, 1919).

1941: Em 21 de abril de 1941, empresários fundam no Rio de Janeiro a Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (ABPA).

1943: A CLT foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, em 1º de maio de 1943, mas entrou em vigor apenas em 10 de novembro de 1943. Foi o instrumento jurídico que viria a ser prática efetiva da prevenção no Brasil (BRASIL, 1943).

1944: O Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, promoveu a “reforma da Lei de acidentes de trabalho”, um desdobramento que constava no Capítulo V do Título II da CLT. Esse decreto tinha por objetivo propiciar um maior entendimento da matéria e agilizar a implementação dos dispositivos da CLT referentes a Segurança e Higiene do Trabalho, além de garantir “assistência médica, hospitalar e farmacêutica” aos acidentados e indenizações por danos pessoais por acidentes. Em seu artigo 82, esse decreto criou as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPAs) (BRASIL, 1944).

>> IMPORTANTE

A criação da Fundacentro foi sem dúvida um dos grandes feitos na história da segurança do trabalho, pois foi a partir de ações da entidade que a segurança do trabalho conseguiu avançar de forma significativa.

>> IMPORTANTE

Criada em 27 de julho de 1972, a Portaria nº 3.237 do MTE estabeleceu os serviços de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho nas empresas. Essa portaria foi o “divisor de águas” entre a fase do profissional espontâneo e o legalmente constituído e originou os cursos de preparação dos profissionais da área.

1953: O Decreto-Lei nº 34.715, de 27 de novembro de 1953, instituiu a Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SPAT), a ser realizada na quarta semana de novembro de cada ano (BRASIL, 1953a). Também em 1953, a Portaria nº 155 regulamentou e organizou as CIPAs e estabeleceu normas para seu funcionamento (BRASIL, 1953b).

1955: É publicada a Portaria nº 157, de 16 de novembro de 1955, para coordenar e uniformizar as atividades das SPAT, constando a realização do congresso anual das CIPAs durante a SPAT. O título do congresso passou a ser, em 1961, “Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CONPAT)”. A exclusão do CONPAT ocasionou a proliferação de congressos e outros eventos (BRASIL, 1995).

1960: A Portaria nº 319, de 30 de dezembro de 1960, regulamenta a uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) (BRASIL, 1960).

1966: É criada pela Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, atual Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, em homenagem ao seu primeiro presidente (hoje mais conhecida como **Fundacentro**) (BRASIL, 1966).

1967: A Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, integra o seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social. Também em 1967 surge a sexta lei de acidentes de trabalho, que identifica a “doença profissional” e a “doença do trabalho” como sinônimos e os equipara ao acidente de trabalho (BRASIL, 1967).

1972: O Decreto nº 7.086, de 25 de julho de 1972, estabelece a prioridade da política do Programa Nacional de Valorização do Trabalhador (PNVT). Entre as 10 prioridades selecionadas estavam a Segurança, a Higiene e a Medicina do Trabalho (BRASIL, 1972).

1974: Início dos cursos para formação dos profissionais de segurança, higiene e medicina do trabalho.

1977: A Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, modificou o Capítulo V do Título II da CLT e deu uma nova dimensão para a CIPA. Essa lei estabeleceu a obrigatoriedade de sua implantação e a estabilidade no emprego para seus membros, entre outros avanços (BRASIL, 1977).

1978: São criadas as normas regulamentadoras (NRs), aprovadas pela Portaria nº 3.214 do MTE, de 08 de junho de 1978, aproveitando e ampliando as portarias existentes e os atos normativos adotados até na construção da Hidrelétrica de Itaipu. Na ocasião foram criadas 28 normas (BRASIL, 1978a).

1979: Em virtude da carência de profissionais para compor o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), a Resolução nº 262 regulamenta a criação de cursos em caráter prioritário para esses profissionais (CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, 1979).

1983: A Portaria nº 33 altera a Norma Regulamentadora nº 5, introduzindo nela os riscos ambientais (BRASIL, 1983).

1985: A Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, oficializa a especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e cria a categoria profissional de Técnico de Segurança do Trabalho, até então os únicos profissionais prevencionistas não reconhecidos legalmente. Foi previsto o prazo de 120 dias para o MEC publicar os currículos básicos do curso de especialização em Técnico de Segurança do Trabalho (BRASIL, 1985a).

1986: A Lei nº 7.498/86 regulamenta as profissões de enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem (BRASIL, 1986a).

1986: A Lei nº 92.530, de 09 de abril de 1986, regulamenta a categoria de técnico de segurança do trabalho, que, na década de 1950, era chamada de “inspetor de segurança” (BRASIL, 1986b).

1987: Por meio do Parecer nº 632/87 do MEC (BRASIL, 1987a), foi estabelecido o curso de formação de técnico de segurança do trabalho, em vigor com base na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 (BRASIL, 1985a).

1990: O quadro do SESMT (NR 4) é atualizado. A partir de então, o SESMT é formado pelos seguintes profissionais:

- engenheiro de segurança do trabalho;
- médico do trabalho;
- enfermeiro do trabalho;
- auxiliar de enfermagem do trabalho;
- técnico de segurança do trabalho.

1991: A Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991a) estabelece o conceito legal de acidente de trabalho e de trajeto nos Artigos 19 a 21 e também estabelece a obrigação da empresa em comunicar os acidentes de trabalho às autoridades competentes no Artigo 22. Essa lei foi posteriormente alterada pelo Decreto nº 611, de 21 de julho de 1992 (BRASIL, 1992a).

2001: Entra em vigor a Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001, que proíbe, a partir de então, o trabalho infantil no Brasil (BRASIL, 2001a).

2009: O termo “ato inseguro” é retirado do item 1.7 da NR 1. Isso é motivo de comemoração para muitos prevenционistas, que reclamavam que o termo muitas vezes retirava a responsabilidade do empregador, pois era fácil rotular os acidentes somente como ato inseguro, o que dificultava o estabelecimento da verdadeira causa (BRASIL, 1978b).

2012: A presidente do Brasil institui, por meio da Lei nº 12.645, de 16 de maio de 2012, o dia 10 de outubro como o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas (BRASIL, 2012).



>> ASSISTA AO FILME

No ambiente virtual de aprendizagem Tekne você encontra um vídeo sobre a história da segurança do trabalho.

>> Normas regulamentadoras

Partindo da obrigatoriedade criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção nº 161/85, o governo brasileiro publicou a Portaria GM nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho (BRASIL, 1978a), que se baseou no Artigo 200 da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977). Em seu Artigo 1º, essa Portaria aprovou as normas regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) relativas à segurança e medicina do trabalho (BRASIL, 1943).